

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Câmara Municipal de Alcochete celebrou um contrato, no passado dia 17 de abril de 2024, no valor total de 17.500 euros (IVA incluído) com a empresa tauromáquica "Toiros e Tauromaquia, Lda." para a aquisição de bilhetes para touradas.

Segundo o contrato, disponível no portal "Base", a autarquia adquiriu bilhetes para 4 eventos tauromáquicos a realizar nos dias 27 de abril, 9, 11 e 14 de agosto na praça de touros de Alcochete (propriedade privada) e o investimento insere-se no âmbito do Projeto "(Qual)Idade +" que, de acordo com a página web do município tem por objetivo "*promover a inclusão social e combater a pobreza*", nomeadamente, o combate ao isolamento social e demográfico, a promoção da participação cívica e a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

O Projeto "(Qual)Idade +" é financiado pelo POR Lisboa 2020/Portugal 2020 com fundos da União Europeia, pelo que, se torna incompreensível que fundos comunitários destinados ao combate à pobreza sejam utilizados na compra de bilhetes para touradas, sem que se conheçam os critérios para a atribuição destes bilhetes, nem de que forma este investimento num espetáculo de violência e crueldade contra animais pode contribuir para combater a pobreza e a discriminação, até porque, como sabemos, grande parte da população portuguesa não se revê e contesta a existência de touradas.

Recorde-se que já no ano passado, esta autarquia tentou usar indevidamente fundos do PRR para o mesmo fim, ao celebrar um contrato de 12.200€ + IVA com a mesma empresa tauromáquica para a "Aquisição do Serviço de Eventos Tauromáquicos, no âmbito do PRR-Componente 3-OIL Alcochete-Bairro do Passil-Eixo da Saúde", que consistia na compra de bilhetes para 5 touradas a realizar na praça de touros de Alcochete.

Na altura, e após denúncia da plataforma Basta de Touradas, a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" do PRR, deu conta da "não elegibilidade da despesa para o PRR vertida no Contrato para Aquisição do Serviço de Eventos Tauromáquicos celebrado entre Câmara Municipal de Alcochete (Beneficiário Final do PRR), e a empresa Toiros e Tauromaquia, Lda, em 03.03.2023,

no âmbito do PRR – Componente 3-OIL Alcochete – Bairro do Passil-Eixo da Saúde, no contexto do investimento C03-i06.02".

A entidade informou ainda que concluiu "Pela obrigatoriedade de Beneficiário Intermediário do PRR (a AML) indeferir o pedido de pagamento decorrente da aludida despesa, caso o Beneficiário Final (a CMA) lho apresente".

Neste sentido, importa esclarecer de que forma estão a ser geridos os fundos do programa "(Qual)idade +" em Alcochete e se este investimento é elegível no âmbito dos programas comunitários.

**Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vem a Deputada Única representante do partido PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, nos termos e fundamentos que antecedem, dirigir ao Ministro Adjunto e da Coesão Territorial , as seguintes perguntas:**

- 1. O Ministério tem conhecimento que os fundos do POR Lisboa 2020 e Portugal 2020 estão a ser utilizados em Alcochete para a compra de bilhetes para touradas?**
- 2. Este investimento é elegível no âmbito do programa POR Lisboa 2020?**
- 3. O Ministério tenciona investigar a forma como estão a ser geridos os fundos do programa "(Qual)idade +" em Alcochete e quais os critérios utilizados para o investimento em bilhetes para touradas?**

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2024

Deputado(a)s

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)